cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.10.25 06:00:49 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 25 de outubro de 2023 • Nº 1670 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

EDUCAÇÃO

Governo tem proposta de reforma do Ensino Médio

O Palácio do Planalto divulgou ontem sua proposta com alterações para o Ensino Médio, logo após o ministro da Educação, Camilo Santana, mostrar o projeto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto revoga alguns dos principais pontos da reforma do Ensino Médio feita no governo de Michel Temer, em 2017. O governo pretende retomar disciplinas obrigatórias e a carga horária mínima de 2.400 horas para a Formação Geral Básica, em vez do limite atual de 1.800 horas para essa etapa. Além disso, a proposta restringe os itinerários formativos, que hoje permite a oferta de quase qualquer disciplina. O dispositivo vinha sendo alvo de críticas por permitir a organização de aulas sem objetivo claro. A nova redação cria quatro possíveis eixos para disciplinas optativas, além do ensino profissionalizante, e aumenta a participação do Ministério da Educação na construção desses conteúdos. PÁGINA 4

TRIBUTOS

Arrecadação federal em setembro soma R$ 174,3 bi

Seguindo a trajetória de desaceleração dos últimos meses, a arrecadação de impostos e contribuições federais somou R$ 174,316 bilhões em setembro. O resultado representa uma queda real (descontada a inflação) de 0,34% na comparação com o resultado de setembro do ano passado, quando o recolhimento de tributos somou R$ 166,287 bilhões, em termos nominais. Este é o quarto mês consecutivo de queda na arrecadação federal. Em relação a agosto de 2023, a arrecadação cresceu 0,62%. De acordo com a série histórica da Receita, esse é o pior resultado para setembro desde 2021, quando a arrecadação somou R$ 168,076 bilhões, em termos reais. O resultado das receitas veio alinhado com a mediana de R$ 174,80 bilhões das expectativas das instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast. PÁGINA 2

SENADO

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Projeto de desoneração da folha pode ser votado hoje

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (**foto**), disse que o projeto de lei da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia deve ser votado hoje no plenário da Casa. O pedido de urgência para que o texto seja votado no plenário seria votado ontem. "Sendo aprovada, a proposta que vou fazer ao plenário é pautarmos amanhã (hoje) no plenário do Senado, dando a previsibilidade necessária com a publicação da pauta com antecedência. Reconhecemos a importância desse projeto para a economia brasileira, a geração de empregos e há um compromisso do Senado de tratá-lo com prioridade", disse Pacheco em entrevista coletiva. PÁGINA 2

CRUZEIROS

Temporada deve injetar R$ 5 bilhões na economia

Com 195 dias de duração, a temporada de cruzeiros 2023/2024 será ainda maior que sua antecessora, com a expectativa de ofertar mais de 877 mil leitos, segundo a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil). O setor espera criar mais de 80 mil empregos no país, além de gerar um impacto de mais de R$ 5 bilhões na economia brasileira, motivado pelos gastos das companhias marítimas, dos cruzeiristas e tripulantes nas cidades de embarque e desembarque visitadas. Esse movimento beneficia setores como o comércio varejista, além do transporte antes e após a viagem, passeios turísticos, transporte nas cidades visitadas e hospedagem. De 25 de outubro a 7 de maio, nove empresas formam o grupo de nove navios que partirão dos portos de Itajaí (SC), Maceió, Rio de Janeiro, Salvador, Santos (SP), além do Porto de Paranaguá (PR), e passarão por 212 roteiros, com 763 escalas. PÁGINA 2

PETRÓLEO

ANP prevê produção de mais de 4 milhões de barris por dia em 2025

PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rodolfo Saboia (**foto**), disse que o Brasil vai ultrapassar a marca de produção de 4 milhões de barris de petróleo por dia (bpd) em 2025. Hoje, o País produz, em média, mais de 3,5 milhões de barris por dia. "Já em 2025 deveremos ultrapassar 4 milhões de barris por dia de produção de petróleo. São mais de US$ 90 bilhões investidos em cinco anos. Mais 20 plataformas entrando em produção até 2027", disse Saboia na abertura da OTC Brasil, que está sendo realizada no Rio de Janeiro. PÁGINA 4

COMPENSAÇÃO

Lula sanciona projeto de lei sobre perdas do ICMS

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou ontem o Projeto de Lei Complementar (PLP) 136, que trata do acordo feito pelo governo federal com os estados para compensar perdas com a arrecadação do ICMS no ano passado. O dispositivo prevê uma compensação de R$ 27 bilhões da União para os estados e o Distrito Federal por conta da mudança do ICMS sobre combustíveis e reduz gastos com o piso da Saúde este ano. O projeto prevê antecipação de R$ 10 bilhões dos recursos a estados e municípios decorrentes da compensação das perdas com a arrecadação do ICMS no ano passado, seja por repasses diretos do Tesouro ou abatimento de dívidas. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 0,87% / 113.761,90 / 977,38 / Volume: R$ 20.580.259.431 / Negócios: 3.257.113

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
ALPARGATAS PN N1	7.83	+5.24	+0.39
CVC BRASIL ON NM	2.88	+5.49	+0.15
LOCAWEB ON NM	6.03	+4.33	+0.25
GRUPO NATURAON NM	13.43	+3.71	+0.48
RAIZEN PN ED N2	3.750	+4.17	+0.150

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	1.41	−6.62	−0.10
CASAS BAHIA ON NM	0.510	−3.77	−0.020
SUZANO S.A. ON NM	52.51	−3.47	−1.89
CARREFOUR BRON NM	8.81	−3.40	−0.31
CIELO ON NM	3.55	−3.01	−0.11

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	35.88	+1.50	+0.53
VALE ON NM	63.99	+2.29	+1.43
SUZANO S.A. ON NM	52.51	−3.47	−1.89
B3 ON NM	11.60	+2.56	+0.29
PETROBRAS ON N2	38.94	+1.54	+0.59

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.141,38	+0,62
NASDAQ Composite	13.139,874	+0,93
CAC 40	6.893,65	+0,63
FTSE 100	7.389,7	+0,20
DAX	14.879,94	+0,54
Ftse Mib	27.559,22	+0,00

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (02/08)	12,75%
Poupança 3 (24/10)	0,5792%
TR (24/10)	0,0788%
IGP-M	0,37% (set.)
IPCA	0,26% (set.)
CDI (02/08)	12,65%
OURO BM&F/grama	R$ 318,46
EURO Comercial	Compra: 5,2878 Venda: 5,2884
EURO turismo	Compra: 5,3403 Venda: 5,5203
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,0065 -0,20%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9921 Venda: 4,9927
DÓLAR turismo	Compra: 5,0148 Venda: 5,1948

Economia

MERCADOS

Com Petrobras e Vale, Ibovespa quebra série negativa e sobe 0,87%

LUÍS EDUARDO LEAL, MARIA REGINA SILVA E MARCELA VILLAR/AE

O Ibovespa interrompeu a série negativa de cinco sessões, que o havia mantido nos menores níveis de fechamento desde 5 de junho. Ontem, contou com a recuperação parcial de Petrobras (ON 1,54%, PN 1,50%), que havia tombado mais de 6% no dia anterior, e especialmente de Vale, que subiu 2,29% após leve perda na segunda-feira. Assim, a referência da B3 acentuou alta em direção ao fechamento e avançou 0,87%, aos 113.761,90 pontos, tendo mostrado ao longo do dia ganho similar aos de Nova York, entre 0,62% (Dow Jones) e 0,93% (Nasdaq) no encerramento da sessão.

Ontem, o Ibovespa oscilou de mínima na abertura aos 112.813,83 até os 114.248,72 pontos, na máxima do dia, com giro financeiro a R$ 20,5 bilhões na sessão. Na semana, o índice mostra agora avanço de 0,54%, ainda cedendo 2,40% em outubro. No ano, o Ibovespa sobe 3,67%.

Na B3, a recuperação vista nas ações dos carros-chefes das commodities mais do que compensou a falta de sinal único na maior parte do dia para as de grandes bancos, em que o destaque, no fechamento, ficou com Santander (Unit 2,54%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, CVC (5,49%), Alpargatas (5,24%) e Locaweb (4,33%). No lado oposto, Magazine Luiza (-6,62%), Casas Bahia (-3,77%) e Suzano (-3,47%).

A presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano, disse ontem que a empresa está "apanhando muito na Bolsa" porque "sempre acreditou em loja física". Ela também afirmou que a crise atual do varejo não é a primeira do setor e, na sua visão, servirá para solidificar a empresa, frente ao crescimento dos últimos anos.

Se o dia foi negativo para a Magalu, Petrobras se estabilizou, ainda que em grau discreto se comparado à correção vista no dia anterior. "As ações da Petrobras tiveram uma reação grande, negativa, à possibilidade de mudança no estatuto da empresa, mas hoje (ontem) houve recuperação do ativo, em dia também mais favorável para o câmbio em que o dólar foi negociado abaixo de R$ 5 na mínima do dia, e também no fechamento", diz Alan Soares, analista da Toro Investimentos.

O diretor de Governança e Conformidade da Petrobras, Mario Spinelli, afirmou ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) que apesar da proposta de mudança no Estatuto Social – no sentido de excluir vedações à indicação de administradores previstas na Lei nº 13.303, de 2016 – a governança continuará sólida. Ou seja, segundo ele, nada mudará na companhia se houver aprovação da proposta na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que será realizada até dezembro.

"A mudança ajusta o estatuto a qualquer que seja a decisão do Judiciário (sobre a Lei das Estatais)", disse o diretor à jornalista Denise Luna, do Broadcast no Rio. Ele se referia à discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre exigências legais para nomeação de administradores. "Queremos evitar que tenha que ser convocada uma outra AGE para isso", acrescentou.

De qualquer forma, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) acionou ontem a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no sentido de que venha a impedir eventuais indicações políticas na Petrobras, após a aprovação de mudanças estatutárias.

Segundo a colunista Malu Gaspar, de O Globo, o parlamentar pede que a CVM impeça eventuais nomeações na companhia que colidam com a Lei das Estatais até que o STF julgue em definitivo a decisão monocrática do ex-ministro Ricardo Lewandowski, que suspendeu restrições previstas no texto da legislação a nomeações de ministros de Estado, funcionários com cargo de confiança e representantes de partidos políticos.

No quadro mais amplo, desde o exterior, o dia foi marcado ainda na abertura dos mercados por moderada retomada do apetite por risco, em meio a leitura mais aguda em outubro para o índice de atividade composto (PMI industrial + serviços) nos Estados Unidos, de acordo com dados preliminares divulgados ontem pela S&P Global.

Da Ásia, mais cedo, a emissão trilionária de títulos do Tesouro em yuans, anunciada na China, chega em momento no qual os agentes econômicos seguem atentos a sinais de estímulo no outro lado do mundo – algo positivo principalmente para a demanda por commodities, segmento de peso na B3.

Por outro lado, a falta de sinais de escalada no conflito do Oriente Médio deflagrado no último dia 7 pelo ataque do Hamas a Israel tem resultado, nas últimas sessões, em acomodação dos preços do petróleo, tanto no Brent como no WTI, o que alivia em parte os temores em torno da inflação global, observa Bernard Faust, sócio da One Investimentos. Ele se refere em particular ao efeito que eventual envolvimento do Irã, aliado do grupo palestino, teria sobre a passagem de petróleo pelo Estreito de Ormuz, por onde fluem cerca de 20% do fluxo global da commodity.

Contribuindo também para a redução da cautela dos investidores na sessão, os rendimentos dos Treasuries, especialmente de vencimentos mais longos como os de 10 e 30 anos, tiveram acomodação após o da T-Note de 10 anos ter chegado a tocar o nível de 5% no dia anterior.

Ontem, ficaram em torno de 4,80% para o mesmo vencimento, em meio a alertas de grandes players do mercado de que o "salto recente pode ter sido exagerado, diante do maior risco de desaceleração das principais economias ainda este ano", aponta a Guide Investimentos.

"Com a acalmada no exterior e o dólar voltando a trabalhar mais perto de R$ 5, o mercado começa a olhar um pouco mais para o contexto doméstico, para a questão fiscal, especialmente com relação a iniciativas do governo para atingir a meta de déficit zero no ano que vem, como a de tributação de offshores e fundos exclusivos, que pode resultar em receita de R$ 21 bilhões. E, no Senado, a expectativa é de que comece a destravar a reforma tributária", diz Marco Prado, CIO da BullSide Capital.

TRIBUTOS

Arrecadação federal em setembro soma R$ 174,3 bi

EDUARDO RODRIGUES E FERNANDA TRISOTTO/AE

Seguindo a trajetória de desaceleração dos últimos meses, a arrecadação de impostos e contribuições federais somou R$ 174,316 bilhões em setembro. O resultado representa uma queda real (descontada a inflação) de 0,34% na comparação com o resultado de setembro do ano passado, quando o recolhimento de tributos somou R$ 166,287 bilhões, em termos nominais. Este é o quarto mês consecutivo de queda na arrecadação federal.

Em relação a agosto de 2023, a arrecadação cresceu 0,62%. De acordo com a série histórica da Receita, esse é o pior resultado para setembro desde 2021, quando a arrecadação somou R$ 168,076 bilhões, em termos reais.

O resultado das receitas veio alinhado com a mediana de R$ 174,80 bilhões das expectativas das instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast. O dado ficou dentro do intervalo de projeções, que ia de R$ 168,20 bilhões a R$ 186 bilhões.

O Fisco apontou que houve em setembro um crescimento real de 1,97% na arrecadação da Contribuição Previdenciária, reflexo do crescimento da massa salarial. Também houve um avanço real de 7,71% da arrecadação da Cofins/PIS-Pasep, por causa do crescimento do volume de vendas e de serviços e também pelas alterações nas regras da tributação sobre os combustíveis, coincidindo com o fim da vigência da desoneração da gasolina.

A Receita também destacou a redução real de 15,68% nos recolhimentos da estimativa mensal do IRPJ/CSLL, ressalvando que em setembro de 2022 houve registro de arrecadações atípicas que somaram R$ 2 bilhões. O Fisco ainda recolheu aproximadamente R$ 322 milhões no programa de redução de litigiosidade em setembro de 2023.

De janeiro a setembro de 2023, a arrecadação federal somou R$ 1,691 trilhão. O volume acumulado no ano é o pior para o período desde 2021, em valores corrigidos pelo IPCA, na série histórica iniciada em 1995. O montante representa um recuo real de 0,78% na comparação com os primeiros nove meses de 2022.

PAGAMENTOS

Projeto de desoneração da folha pode ser votado hoje pelo Senado

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que o projeto de lei da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia deve ser votado hoje no plenário da Casa. O pedido de urgência para que o texto seja votado no plenário seria votado ontem.

"Sendo aprovada, a proposta que vou fazer ao plenário é pautarmos amanhã (hoje) no plenário do Senado, dando a previsibilidade necessária com a publicação da pauta com antecedência. Reconhecemos a importância desse projeto para a economia brasileira, a geração de empregos e há um compromisso do Senado de tratá-lo com prioridade", disse Pacheco em entrevista coletiva.

A proposta foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Além de prorrogar a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia, o texto também incluiu um dispositivo que concede uma redução na alíquota previdenciária para prefeituras de cidades pequenas.

O relator decidiu manter em seu texto o dispositivo que desonera a folha de pagamentos de prefeituras de até 142 mil habitantes. Caso o texto seja sancionado, esses municípios passarão a recolher 8% de alíquota previdenciária dos servidores municipais, e não 20%, como prevê a regra atual.

A desoneração para os municípios é o trecho mais polêmico do projeto e o que ensejará maior discussão no governo. Há uma ala do governo que defende que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vete o dispositivo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira que a discussão sobre a desoneração dos municípios não é de mérito, mas "jurídico". A principal discussão é se a redução da alíquota previdenciária seria constitucional ou não.

"Nosso problema não é nem de mérito, é jurídico. Temos um problema jurídico para resolver, vamos tentar", disse Haddad. O impacto fiscal da medida, segundo cálculos da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), é de cerca de R$ 11 bilhões ao ano.

RENÚNCIA

Enquanto Haddad promete atacar o gasto tributário para fortalecer a base fiscal do País, as desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia total de R$ 104,385 bilhões de janeiro a setembro deste ano, valor maior do que em igual período de 2022, quando ficaram em R$ 83,509 bilhões. As informações foram divulgadas ontem pela Receita Federal.

Com a reversão parcial de algumas medidas, como em combustíveis, no mês passado as desonerações totalizaram R$ 10,521 bilhões, volume inferior ao registrado em setembro do ano passado (R$ 11,983 bilhões).

A desoneração da folha de pagamento resultou em uma renúncia de R$ 587 milhões em setembro e de R$ 6,051 bilhões no acumulado do ano. A Câmara dos Deputados aprovou o projeto que prorroga até 31 de dezembro de 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia.

LAZER

Temporada de cruzeiros deve injetar mais de R$ 5 bilhões na economia

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

Com 195 dias de duração, quase sete meses de navegação, a temporada de cruzeiros 2023/2024 será ainda maior que sua antecessora, com a expectativa de ofertar mais de 877 mil leitos, segundo a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil).

O setor espera criar mais de 80 mil empregos no país, além de gerar um impacto de mais de R$ 5 bilhões na economia brasileira, motivado pelos gastos das companhias marítimas, dos cruzeiristas e tripulantes nas cidades de embarque e desembarque e visitadas. Esse movimento beneficia setores como o comércio varejista – despesas com restaurantes, compras, presentes, alimentos e bebidas, além do transporte antes e após a viagem, passeios turísticos, transporte nas cidades visitadas e hospedagem antes ou após o cruzeiro.

De 25 de outubro a 7 de maio, Costa Diadema, Costa Fascinosa, Costa Favolosa, MSC Armonia, MSC Grandiosa, MSC Lirica, MSC Musica, MSC Preziosa e MSC Seaview formam o grupo de nove navios que partirão dos portos de Itajaí (SC), Maceió, Rio de Janeiro, Salvador, Santos (SP), além do estreante Porto de Paranaguá (PR), e passarão por 212 roteiros, com 763 escalas.

No total, serão 19 destinos: Angra dos Reis, Balneário Camboriú, Búzios, Cabo Frio, Fortaleza, Ilha Grande, Ilhabela, Ilhéus, Porto Belo, Recife, incluindo Buenos Aires, Montevidéu, Punta del Este e os portos de embarque e desembarque, além da possibilidade de escalas-teste em Penha e em São Francisco do Sul, e do trabalho um pouco mais de longo prazo para viabilizar outras cidades, como Vitória.

Segundo a Clia Brasil, a temporada 2023/2024 também reforça o retorno do Brasil como rota de importantes companhias marítimas internacionais, com 35 navios de longo curso, que farão paradas em 45 destinos localizados em 15 estados brasileiros, como Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Rio Grande do Sul.

"Depois de 2022/2023 se consolidar como a maior dos últimos dez anos, a temporada 2023/2024 com certeza será outro recorde, que irá manter a indústria de cruzeiros em um caminho ascendente, até superarmos os 805 mil cruzeiristas de 2011/2012. Na temporada passada, tivemos 802 mil cruzeiristas", disse o presidente da Clia Brasil, Marco Ferraz.

Nota

INTENÇÃO DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS AVANÇA 0,3% EM OUTUBRO, APONTA A CNC

Os brasileiros ficaram ligeiramente mais propensos às compras em outubro, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) avançou 0,3% em relação a setembro, já descontados os efeitos sazonais. O indicador alcançou 104,2 pontos, patamar considerado na zona favorável (acima dos 100 pontos), mas a CNC pondera que o ritmo de crescimento da intenção de compras dos consumidores vem desacelerando desde abril. "Na comparação anual (ante outubro de 2022), a intenção de consumo cresceu 19,7%, mas a taxa é a mais baixa desde outubro do ano passado (18,9%)", frisou a entidade. "O cenário econômico revela sinais de cautela entre os consumidores, à medida que se aproximam as principais datas comemorativas do comércio", ressaltou a CNC, referindo-se ao Natal e à Black Friday.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 32º 19º 85% 05:25 18:14 **PRIMAVERA:** Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

UBATUBA

PF faz ação contra fraude em licitação da merenda escolar

A Polícia Federal (PF) fez buscas em 26 endereços ontem, para colher provas de investigação sobre suspeitas de fraudes em uma licitação de R$ 15,8 milhões para compra de merenda escolar em Ubatuba, no litoral norte de São Paulo.

A Justiça Federal determinou o afastamento de sete funcionários públicos, que estão proibidos de frequentar a prefeitura e outras dependências municipais. Empresários também estão na mira da investigação.

O inquérito foi aberto em março. A PF afirma ter encontrado indícios de direcionamento da licitação para favorecer duas empresas. Os investigadores também veem irregularidades na execução do contrato. Uma empresa da família da ex-prefeita Flávia Pascoal (PL) teria sido subcontratada para fornecer pães. Flávia foi cassada em maio.

Na ação de ontem, 110 policiais federais cumpriram 26 mandados de busca e apreensão em Ubatuba (24), Natividade da Serra (1) e São José dos Campos (1). Documentos, armas e dinheiro foram apreendidos. Os agentes estiveram na Secretaria Municipal de Educação.

Os investigados podem responder pelos crimes de fraude no processo de licitação e associação criminosa. As penas podem chegar a 14 anos de prisão em caso de condenação.

A prefeitura de Ubatuba informou que "o prefeito Márcio Maciel (MDB) estava acompanhando a PF desde cedo no paço municipal, colaborando com as diligências e fornecendo acesso e documentos, físicos e digitais, solicitados pelo órgão. A PF visitou, ainda, a sede da Secretaria de Educação, que é a pasta diretamente envolvida com as investigações.

Com a quebra de sigilo, os policiais estão recolhendo possíveis provas, como anotações, livros em geral, notas fiscais e demais provas relacionadas às fraudes e desvios anteriormente apontados, bem como telefones celulares, computadores pessoais, equipamentos eletrônicos de armazenamento de dados, além de informações salvas na nuvem.

Além da ex-prefeita, mais seis funcionários foram afastados de suas funções públicas e proibidos de acessar e frequentar todos os equipamentos da prefeitura, como suas secretarias, fundações, autarquias e repartições."

Nota

ADOLESCENTE MORTA EM ESCOLA É SEPULTADA

O corpo da estudante Giovanna Bezerra da Silva, de 17 anos, morta na segunda-feira com um tiro na cabeça em ataque a uma escola em Sapopemba, na zona leste de São Paulo, foi sepultado ontem à tarde em Santo André, na região do ABC. O sepultamento reuniu dezenas de familiares e amigos de Giovanna. Muitas pessoas que foram até o local levaram girassóis amarelos em homenagem à vítima. Parentes descrevem a aluna como uma menina apaixonada por vôlei, estudiosa e com o sonho de cursar direito. Uma das sobreviventes do ataque, de 15 anos, baleada na clavícula, recebeu alta do Hospital de Sapopemba na manhã de ontem.

FURTO DE METRALHADORAS

Exército libera militares aquartelados em Barueri

ELAINE PATRÍCIA/ABRASIL

O Comando Militar do Sudeste informou ontem que não há mais nenhum militar aquartelado ou em situação de sobreaviso no Arsenal de Guerra, em Barueri (SP), em razão das investigações sobre o furto de metralhadoras. Em nota, o Comando informou que, neste momento, todos os militares que trabalham no local estão cumprindo o expediente normalmente.

Os militares suspeitos de participação no furto das armas do Exército estão sendo investigados por furto, peculato, receptação e desaparecimento, consunção ou extravio, crimes previstos no Código Penal Militar.

Além da investigação, militares que tenham sido omissos ou negligentes no caso podem ser punidos na esfera disciplinar com advertência, impedimento disciplinar, repreensão, detenção disciplinar e prisão disciplinar de até 30 dias. O comando não informou quantos policiais estão sendo investigados e quantos já receberam alguma punição disciplinar.

A ausência do armamento, que estava no Arsenal de Guerra em Barueri, foi notada no dia 10 de outubro durante inspeção. Foram notadas a ausência de 21 metralhadoras, sendo 13 de calibre .50 – capazes de derrubar aeronaves – e oito de calibre 7,62. A notícia fez com que o Comando Militar do Sudeste determinasse o aquartelamento de centenas de militares da unidade e a abertura de uma investigação para apurar os fatos.

Até o momento, das 21 metralhadoras que sumiram 17 já foram encontradas. Na última quinta-feira, a Polícia do Rio de Janeiro recuperou oito metralhadoras que estavam no bairro Gardênia Azul, situado na zona oeste da capital fluminense. Na madrugada do último sábado (21), a Polícia Civil de São Paulo encontrou mais nove metralhadoras.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 47ª (QUADRAGÉSIMA SÉTIMA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única, da 47ª (Quadragésima Sétima) Emissão da **Canal Companhia de Securitização**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente) e a **H.Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 960, 14º andar, conjuntos 141 e 142, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.147/0001-50 ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em Assembleia Especial de investidores ("AEI"), a ser realizada em 1ª (Primeira) Convocação, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no **dia 14 de novembro de 2023, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60 e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, no que couber ("Resolução CVM 81"), sendo a AEI realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRI, para, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tendo em vista a verificação de erro não material consubstanciado na discrepância entre o rol de matérias expressamente ajustados nos termos do *Instrumento Particular do Primeiro Aditamento e Consolidação ao Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 47ª (Quadragésima Sétima) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela LF Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.* datado de 09 de junho de 2023 ("**Primeiro Aditamento**") e aquelas incorporadas ao instrumento de consolidação ao Termo de Securitização constante do Anexo A ao Primeiro Aditamento, tal qual hoje em vigor, aprovar e ratificar o quórum geral ou especial de aprovação das deliberações submetidas ao crivo das Assembleias Especiais de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) voto da totalidade de Titulares de CRI presentes na respectiva reunião constante do Termo de Securitização, reconhecendo-se, por consequente, a prevalência e vigência do Termo de Securitização tal qual consolidados nos termos do Primeiro Aditamento; **(ii)** autorização para que a medição da evolução da obra do Empreendimento Imobiliário e a consequente necessidade de caixa para os custos incorridos pela Devedora também se dê com base na evolução financeira das obras, não somente em sua evolução física, de modo a viabilizar medição mais realista do desenvolvimento do Empreendimento Imobiliário, de acordo com o conteúdo do Relatório de Medição que vem sendo produzido pelo Servicer, de tempos em tempos, conforme estabelecido nos Documentos da Operação. Para que não fiquem dúvidas, a evolução física levará em consideração não só o desenvolvimento da construção do Empreendimento Imobiliário, mas também os materiais já adquiridos e armazenados no local da obra; **(iii)** a propósito do ajuste de que trata o item "ii" acima, autorização para que a liberação dos recursos hoje retidos no Fundo de Obras seja realizada em conformidade com a evolução física e financeira da obra do Empreendimento Imobiliário, apurada com base no progresso verificado a cada entrega de Relatório de Medição pelo Servicer, conforme estabelecido nos Documentos da Operação; **(iv)** independentemente do disposto nos itens (ii) e (iii) acima, autorização para que o operacional de Adiantamento(s) previsto na Cláusula 9.3.14 do Termo de Securitização, passando a vigorar com a seguinte redação: *"O valor dos Adiantamentos será deduzido do Fundo de Obras a partir da data em que for liberado à Devedora, deixando de estar disponíveis para novos desembolsos do Fundo de Obras, independentemente de eventuais perecimentos, inocuidades, extravios, inadequações ou qualquer outro motivo que impeça a utilização dos materiais e/ou serviços adquiridos com recursos do Adiantamento nas obras do Empreendimento Imobiliário."* **(v)** em linha com os ajustes nos itens (ii) a (iv) acima, a fim de se evitar o já existente descasamento de fluxo de caixa da obra e o seu atraso, autorizar, a partir da aprovação deste item, a Securitizadora a liberar recursos do Fundo de Obra equivalente aos valores: (a) de avanços físicos de obra mencionados nos Relatórios de Medição do Servicer, referentes aos meses de julho/2023, agosto/2023 e setembro/2023; e (b) de matéria prima em obra que foi adquirida e ainda não utilizada, configurando avanço de cronograma financeiro, conforme indicado no Relatório do Servicer; **(vi)** ratificar os valores que foram liberados pela Securitizadora à Devedora:

Data	Valor	Finalidade
31/07/2023	1.216.582,83	Medição de Obra
31/07/2023	3.150.000,00	Adiantamento
18/08/2023	206.468,07	Liberação de Excedente
15/09/2023	299.099,89	Liberação de Excedente
16/10/2023	192.878,10	Liberação de Excedente

(vii) alteração da redação do item (iii) da Cláusula 4.8.1 do Instrumento de Emissão de Notas Comerciais, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"recebimento, pela Securitizadora, de cópia dos competentes Atestados de Viabilidade Técnica e Operacional (AVTO) relativos ao Empreendimento Imobiliário (energia e água)"*; **(viii)** exclusão do item (iv) da Cláusula 4.8.1 do Instrumento de Emissão de Notas Comerciais, a fim de excluir a obrigação de apresentação de nova Declaração de Baixo Impacto Ambiental pela SEMAR/PI após aprovação do novo projeto arquitetônico nos Desembolsos; **(ix)** exclusão da Cláusula 9.2.1. do Instrumento de Emissão de Notas Comerciais, a fim de retirar a necessidade de Amortização Extraordinária Compulsória nas unidades de Imóveis Onerados comercializadas de maneira parcelada; **(x)** autorização para adequar a definição de "Relatório de Medição" dos Documentos da Operação de modo a refletir as matérias dos itens "(ii)" a "(iv)" anteriores, caso aprovados; **(xi)** autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item anteriores, caso aprovados, incluindo, mas não se limitando a, aditamento ao Termo de Securitização e ao Instrumento de Emissão de Notas Comerciais; e **(xii)** autorização para utilização de recursos do Fundo de Despesas, para fazer frente ao pagamento das despesas incorridas com o escritório de advocacia, no valor máximo de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), que irá adequar os Documentos da Operação, conforme aplicável, de modo a refletir as matérias dos itens anteriores. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para os e-mails fiduciario@commcor.com.br e juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI – CRI Vistamar", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (http://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 25 de outubro de 2023.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 29ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados, em segunda convocação, os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 31 de outubro de 2023, às 11:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de Titulares que representem no mínimo, dois terços do valor global dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem a maioria dos presentes. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI SUSTEN", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 23 de outubro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 32ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados, em segunda convocação, os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 32ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do *Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 32ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 31 de outubro de 2023, às 11:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRA em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRA em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assembleias@pentagontrustee.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA LF PEC", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 23 de outubro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 33ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados, em segunda convocação, os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 31 de outubro de 2023, às 12:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI FORGREEN", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 23 de outubro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 38ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados, em segunda convocação, os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 16 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 31 de outubro de 2023, às 12:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRI em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commcor.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI SAN GERARDO", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 23 de outubro de 2023.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 40ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados, em segunda convocação, os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 40ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do *Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 40ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 31 de outubro de 2023, às 13:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRA em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 50% mais um dos CRA em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demon

PRIMAVERA: Sol com nuvens ao longo do dia. À noite com pancadas de chuva. Manhã Tarde Noite 35º 19º 85% 05:12 18:00

GUERRA

Macron propõe coalizão internacional contra o Hamas

Em visita a Israel, o presidente da França, Emmanuel Macron, propôs ontem uma coalizão internacional para lutar contra o Hamas e declarou que a segurança de Israel depende de o país aceitar o "direito legítimo" de os palestinos terem um Estado. Macron falou ao lado do primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, em Jerusalém.

O presidente francês propôs que a coalizão internacional criada em 2014, sob liderança dos Estados Unidos, para combater o grupo Estado Islâmico na Síria e no Iraque "também possa lutar contra o Hamas". "Hamas é um grupo terrorista cujo objetivo é a destruição do Estado de Israel, este é também o caso do Estado Islâmico, da Al Qaeda e dos seus parceiros de ação e intenção", declarou, acrescentando que a França "está pronta" para lutar contra o grupo terrorista palestino.

Macron ainda disse que qualquer paz "não pode ser duradoura" sem reiniciar um processo político "decisivo" com os palestinos, sublinhando que a estabilidade de Israel não será garantida a menos que o país "aceite o direito legítimo dos palestinos de dispor de um território e um Estado em paz e segurança ao lado de Israel". "O Hamas é um grupo terrorista, razão que não incorpora a causa palestina. Deve ser combatido com força e a causa palestina deve ser compreendida", explicou.

Ao lado de Netanyahu, Macron também sublinhou o direito de Israel de se defender. "A luta deve ser sem piedade, mas não sem regras" porque as democracias "respeitam as regras da guerra", disse Macron, acrescentando que, por exemplo, as democracias não têm como alvo os civis.

A sua declaração parecia ser uma mensagem para Israel, que tem sido criticado pelos ataques que mataram civis palestinos na Faixa de Gaza. Ele apelou ao acesso à ajuda para Gaza e ao fornecimento de eletricidade aos hospitais de Gaza – e não para fazer guerra.

No encontro em Jerusalém, o presidente francês ainda fez um apelo para que o conflito entre Israel e o movimento palestino Hamas não seja ampliado e considerou que a libertação dos reféns em Gaza deve ser o "primeiro objetivo".

"Penso que é nosso dever combater estes grupos terroristas, sem confusão, e diria que sem ampliar o conflito", declarou Macron. "O primeiro objetivo que deveríamos ter hoje é a libertação de todos os reféns", disse. Pelo menos mais de 200 pessoas estão sob o poder do Hamas, segundo as autoridades israelenses.

"Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para trazer a paz, a segurança e a estabilidade ao seu país e para toda a região", acrescentou o presidente francês.

OMS: serviços de saúde de Gaza estão à beira do colapso

Quase dois terços dos serviços de saúde da Faixa de Gaza, incluindo hospitais e clínicas médicas, encerraram suas funções em meio aos ataques aéreos massivos e mortais de Israel no território, informou ontem a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Um total de 46 dos 72 serviços – incluindo 12 de 25 hospitais – deixaram de funcionar em Gaza, segundo a OMS. As autoridades de saúde palestinas disseram que a falta de eletricidade e de combustível para os geradores devido ao bloqueio israelense, bem como os danos causados pelos ataques aéreos, obrigaram muitos dos atendimentos a fecharem.

A OMS alertou que o território sofre uma enorme pressão sanitária – mais de 5 mil pessoas morreram e outras 15 mil ficaram feridas no conflito. "Tememos um aumento nas taxas de mortalidade em pessoas com doenças crônicas", alertou o diretor de emergências da OMS para o Oriente Médio, Rick Brennan. "Quase ninguém em Gaza conseguiu tomar uma ducha ou um banho nas últimas semanas", sublinhou Brennan em Cairo.

O gestor regional de emergências lembrou que as infecções respiratórias em Gaza, os surtos diarreicos e até problemas dermatológicos como a sarna estão aumentando devido à falta de água e aos problemas generalizados de higiene.

EDUCAÇÃO

Governo divulga proposta de reforma do Ensino Médio feita por Temer

SOFIA AGUIAR
E CAIO SPECHOTO/AE

O Palácio do Planalto divulgou ontem sua proposta com alterações para o Ensino Médio, logo após o ministro da Educação, Camilo Santana, mostrar o projeto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto revoga alguns dos principais pontos da reforma do Ensino Médio feita no governo de Michel Temer, em 2017. O governo pretende retomar disciplinas obrigatórias e a carga horária mínima de 2.400 horas para a Formação Geral Básica, em vez do limite atual de 1.800 horas para essa etapa.

Além disso, a proposta restringe os itinerários formativos, que hoje permite a oferta de quase qualquer disciplina. O dispositivo vinha sendo alvo de críticas por permitir a organização de aulas sem objetivo claro. A nova redação cria quatro possíveis eixos para disciplinas optativas, além do ensino profissionalizante, e aumenta a participação do Ministério da Educação na construção desses conteúdos.

Outras mudanças presentes no texto em relação à reforma do Ensino Médio feito por Temer é eliminar a possibilidade de convênios com instituições de educação à distância para a formação geral básica e o reconhecimento de pessoas com "notório saber", sem formação específica, como competentes para dar aulas.

O texto, divulgado pelo Palácio do Planalto, será enviado ao Congresso Nacional em forma de projeto de lei (PL), após pressão de entidades educacionais e sindicatos pela revogação da reforma de Temer. A mudança criou uma carga horária flexível na grade curricular dos alunos e a possibilidade de itinerários formativos, em que o aluno pode escolher entre aprofundamento de estudos em uma área ou formação profissional. Último ciclo da educação básica, o Ensino Médio tem baixos índices de aprendizagem e evasão elevada.

A proposta apresentada ontem a Lula determina a retomada de todas as disciplinas obrigatórias do Ensino Médio, incluindo a língua espanhola. O prazo estabelecido é de três anos para que haja uma retomada total. Atualmente, vigora a medida de Temer que permite a eliminação ou diminuição da carga horária das disciplinas que faziam parte do Ensino Médio, como Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física.

Outra medida proposta por Camilo Santana é o aumento da carga horária mínima na última etapa na educação básica, de 800 para 1 000 horas. Também estabelece o mínimo de 2.400 horas para todos os estudantes que cursarem o ensino médio sem a integração com um curso técnico.

"A carga horária destinada à formação geral básica dos estudantes do ensino médio será ofertada de forma presencial, ressalvadas as exceções previstas em regulamento", diz o PL. As instituições também deverão garantir a oferta de, no mínimo, dois percursos de aprofundamento e integração de estudos com ênfases diferentes até o início do ano letivo de 2025. A proposta também tem regras gerais para o ensino médio em tempo integral.

PETRÓLEO

ANP prevê mais de 4 milhões de barris por dia em 2025

GABRIEL VASCONCELOS
E DENISE LUNA/AE

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rodolfo Saboia, disse que o Brasil vai ultrapassar a marca de produção de 4 milhões de barris de petróleo por dia (bpd) em 2025. Hoje, o País produz, em média, mais de 3,5 milhões de barris por dia..

"Já em 2025 deveremos ultrapassar 4 milhões de barris por dia de produção de petróleo. São mais de US$ 90 bilhões investidos em cinco anos. Mais 20 plataformas entrando em produção até 2027", disse Saboia na abertura da OTC Brasil, que está sendo realizada no Rio de Janeiro.

Saboia disse que o crescimento na produção virá não só da curva ascendente do pré-sal, como do processo de recuperação de campos maduros, protagonizado pelas petroleiras independentes. Ele alertou, porém, que será preciso partir para novas fronteiras exploratórias a fim de evitar o declínio da produção nacional a partir de 2030.

Saboia não fez menção, mas se referia, principalmente à Margem Equatorial, onde o setor enfrenta resistência do Ibama para emitir licenças ambientais. Outra fronteira que voltou à baila recentemente, inclusive listada para leilão no 4º Ciclo da Oferta Permanente da ANP, é a Bacia de Pelotas, no litoral do Rio Grande do Sul.

"Sem atividade exploratória em novas fronteiras, podemos ver a nossa produção decair a partir de 2030. É preciso ter em mente a importância estratégica da decisão que temos de tomar em relação a novas fronteiras, e com brevidade", disse ele.

ICMS

Lula sanciona projeto sobre perdas

SOFIA AGUIAR
E CAIO SPECHOTO/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou ontem o Projeto de Lei Complementar (PLP) 136, que trata do acordo feito pelo governo federal com os estados para compensar perdas com a arrecadação do ICMS no ano passado. O dispositivo prevê uma compensação de R$ 27 bilhões da União para os estados e o Distrito Federal por conta da mudança do ICMS sobre combustíveis e reduz gastos com o piso da Saúde este ano.

O projeto foi um acordo costurado entre o governo federal, estados e municípios. O projeto prevê uma antecipação de R$ 10 bilhões dos recursos a estados e municípios decorrentes da compensação das perdas com a arrecadação do ICMS no ano passado, seja por repasses diretos do Tesouro ou abatimento de dívidas.

O valor seria pago em 2024. O texto também determina que a União faça um repasse extra de R$ 2,3 bilhões ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outro de R$ 1,6 bilhão para o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

RIO

Castro quer penas mais duras para milicianos

DA REDAÇÃO

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, afirmou ontem que sua administração não negocia com os bandidos e com as milícias, que na segunda-feira atearam fogo em ônibus, BRTs, um trem e carros de passeio.

"Está muito claro que esse não é mais um problema do Rio de Janeiro. Esse é um problema do Brasil. Não são mais organizações criminosas pontuais que estão aqui, estão ali. Hoje são verdadeiras máfias alastradas pelo Brasil inteiro: Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte... A gente está vendo isso se alastrar a cada dia", afirmou Castro, destacando que milicianos de pelo menos 12 estados do país estão hoje no Rio de Janeiro.

Na sua avaliação, o combate ao crime é uma questão nacional. Por essa razão, exige uma ação conjunta de todos os entes federativos. Castro informou que vai se reunir hoje com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro. E terá encontros também com os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, porque defende penas mais severas para crimes "de terrorismo", como os ocorrido na segunda-feira na cidade.

"Ou a gente endurece a legislação, como outros locais do mundo fizeram, ou a gente vai ter essa mistura de México com Colômbia que está se tornando a área da segurança pública", disse. "Outra frente importante que começo a capitanear é que a gente endureça a legislação federal. Crime de terrorismo tem que ter pena de 30 anos em regime fechado, sem progressão", acrescentou.

Ele disse que seis das 12 pessoas detidas na segunda-feira por suspeita de participação nos ataques foram liberadas. "Das 12 pessoas que foram detidas ontem (segunda-feira), para seis foram confirmadas a prisão – temos indícios de autoria e materialidade – e outras seis, por falta de indícios, foram soltas. Mas as investigações e monitoramento dessas pessoas continuam". Ainda segundo o governador, outros dois suspeitos foram presos ontem de manhã.

Ao menos 35 coletivos foram incendiados, segundo o sindicato que reúne as empresas de ônibus da capital. Segundo a Polícia Civil, os ataques foram praticados por um grupo de milicianos em represália à morte de Matheus da Silva Rezende, durante confronto com policiais civis.

Em Brasília, ao comentar a série de ataques a ônibus que afetou o Rio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o Brasil "tem um problema crônico no combate ao crime organizado. " "Esse governo não vai se esconder e dizer que é só problema dos estados. Vamos usar a estrutura dos ministérios da Justiça e da Defesa para ajudar a combater o crime organizado e a milícia no Rio. Nós queremos compartilhar as soluções dos problemas dos estados com o governo federal", informou o presidente.

SinepeRio – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comunicado

Em cumprimento ao disposto no Art.17 do Estatuto do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro, comunicamos que as normas para o processo eleitoral relativo ao biênio 2024/2025 foram estabelecidas pela Diretoria em 16/10/2023, no prazo regimental, e estão disponíveis na sede do Sindicato, na Rua da Assembleia, 77 – 22º andar, Centro – Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2023.

Pedro Paulo de Bragança
Presidente

Escola Particular: liberdade e democracia começam aqui.
Escola forte tem sindicato forte.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2023

O Pregoeiro André Luiz Marques Pombo convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 52/2023 no dia 07/11/2023 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos (ALPROSTADIL (PROSTAGLANDINA E1) 500 MCG/ML INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML, RACECADOTRILA 100 MG CÁPSULA, RIVAROXABANA 15 MG COMPRIMIDO, ROCURONIO, BROMETO 10MG /ML INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 5ML e etc) Processo nº. 33409.003651/2023-12. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 24/2023
Processo nº. 33433.099783/2022-53

Objeto: Serviço de monitorização individual aos servidores profissionalmente expostos à radiação ionizante, com fornecimento de dosímetros, a fim de garantir a segurança e a saúde dos profissionais de saúde.

Recebimento das propostas: www.comprasnet.gov.br, a partir do dia 24/10/2023 às 08:00h.

Abertura das propostas: www.comprasnet.gov.br, 07/11/2023 às 11:00h.

Obtenção do Edital: a partir do dia 24/10/2023 no endereço eletrônico acima e na Rua Sacadura Cabral, 178 – Anexo II – 3º andar - Saúde, RJ, no horário de 08:00 às 16:00 h. – Comissão Permanente de Licitação, Informações pelo e-mail: cpl.hfse@gmail.com.

Atenciosamente;
Antônio José de Souza Castro
Matr. 1.530.107
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Hospital Federal dos Servidores do Estado/MS

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 31/2023
Processo nº. 33433.114596/2022-15

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço comum de engenharia para a reparação da Enfermaria 651 e seus ambientes de apoio deste Hospital Federal dos Servidores Estado.

Recebimento das propostas: www.comprasnet.gov.br, a partir do dia 24/10/2023 às 08:00h.

Abertura das propostas: www.comprasnet.gov.br, 07/11/2023 às 15:00h.

Obtenção do Edital: a partir do dia 24/10/2023 no endereço eletrônico acima e na Rua Sacadura Cabral, 178 – Anexo II – 3º andar - Saúde, RJ, no horário de 08:00 às 16:00 h. – Comissão Permanente de Licitação, Informações pelo e-mail: cpl.hfse@gmail.com.

Atenciosamente,
Antônio José de Souza Castro
Matr. 1.530.107
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Hospital Federal dos Servidores do Estado/MS

COOPERTATIVA HABITACIONAL DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COOHACERJ LTDA
CNPJ 03.572.091/0001-28 –NIRE 33.4.0001617-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA

O Presidente do conselho de administração da **COOHACERJ** , no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social art.49 ,I convoca todos os sócios da Coohacerj , a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinaria** a realizar-se no dia 06 de Novembro de 2023, em sua sede administrativa sito a Rua José Clemente 73 – sala 508 – Centro – Niterói – RJ com a primeira convocação as 17:00 horas com no mínimo (dois terços) do total de sócios da cooperativa ,segunda convocação as 18:00 horas com no mínimo (metade + um) do total dos sócios da cooperativa e em terceira e última convocação as 19:00 horas com no mínimo de 10(dez) sócios da cooperativa para deliberarem sobre a seguinte pauta : **1** – Prestação de Contas do Conselho de Administração e Diretoria Executiva referente ao ano de 2022 com apresentação de parecer do Conselho Fiscal ,relatório de gestão , Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício de 2022 : **2** – Deliberação sobre as Sobras ou Perdas do exercício de 2022 : **3** – Renovação do conselho Fiscal para o exercício de 2023.
Rio de Janeiro, 25 de Outubro de 2023.
Roberto Vitorino de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração